



---

## RELOC – 3.2.1 (GOVERNO)

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO

**Emitente:** Secretaria Executiva de Controle e Transparência

**Entidade:** Município de Alegre – ES

**Gestor responsável:** Nemrod Emerick

**Exercício:** 2025

## 1. RELATÓRIO

### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Secretaria Executiva de Controle e Transparência realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Governo** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao TCE-ES para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.

### 1.2. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de detalharmos os pontos de controle selecionados para análise, é fundamental abordar algumas questões preliminares que podem prejudicar a análise da presente Prestação de Contas Anual por parte desta SECONT.

Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, a PCA compreende um conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e de outras peças e documentos necessários para a prestação de contas dos responsáveis.

As normativas do TCE-ES determinam quais pontos de controle devem ser examinados pelo Controle Interno na PCA do exercício. Os principais pontos dizem respeito à consistência dos dados apresentados nos balanços e demonstrativos contábeis.



No entanto, é importante notar que o Conselho Federal de Contabilidade estabelece que a análise de demonstrativos contábeis é uma atividade exclusiva de profissionais com formação acadêmica em ciências contábeis e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2018, o CRC/ES emitiu uma notificação aos Controladores dos municípios capixabas, alertando-os sobre a proibição de realizar análises de demonstrativos contábeis caso não possuam a qualificação exigida, sob pena de incorrerem em crime de exercício ilegal de profissão, conforme o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso específico do Secretário Executivo de Controle e Transparência do Município de Alegre, embora tenha formação acadêmica em direito, não possui graduação em ciências contábeis nem está registrado no CRC/ES.

Na PCA de 2017, o então Coordenador de Controle Interno do Município de Alegre optou por não analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCE-ES, o que resultou na citação do Prefeito Municipal para apresentar justificativas pela falta de medidas necessárias para viabilizar a análise dos demonstrativos contábeis.

Diante dessa situação, a SECONT enviou um Ofício ao ex-Prefeito Municipal solicitando a designação de um servidor com formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, e que não estivesse envolvido com as contas das UG's, para realizar a análise dos demonstrativos contábeis de forma imparcial.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal informou que não possuía um profissional com essas características em seu quadro de servidores, mas destacou que contratou uma empresa especializada para reformular o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre, incluindo a criação de cargos efetivos de auditores para a Controladoria.

Essa reformulação resultou na aprovação de uma nova estrutura administrativa pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que incluiu a criação do cargo de Secretário Executivo de Controle e Transparência, Subsecretaria de Controle Interno, Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados, Superintendência de Ouvidoria e Participação Social, e Diretoria de Integridade e Transparência.

No entanto, o Projeto de Lei que previa a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno ainda não foi aprovado até a presente data.



Portanto, devido à falta de formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, evidenciada está a impossibilidade do atual SECONT em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.

Contudo, cumpre registrar que a atual gestão municipal adotou providências concretas e efetivas no sentido de superar a deficiência estrutural historicamente verificada no âmbito do Controle Interno. Nesse contexto, foram iniciadas tratativas formais para a realização de concurso público com previsão de execução no exercício de 2026.

Além disso, foi promovida a contratação de empresa especializada para a reformulação do plano de cargos e salários do Município, contemplando, dentre outros pontos, a criação e estruturação de cargos técnicos compatíveis com as atribuições do sistema de controle interno.

Ademais, em 16/12/2025, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio do qual o Município assumiu o compromisso de promover a substituição gradual de contratações precárias por servidores efetivos, mediante a realização de concurso público.

Ressalte-se que, no âmbito dessa reestruturação administrativa, está expressamente prevista a criação do cargo de Auditor de Controle Interno, medida que, uma vez implementada, permitirá o adequado atendimento das exigências técnicas relativas à análise de demonstrativos contábeis.

Trata-se, portanto, de cenário substancialmente distinto do anteriormente verificado, evidenciando que, após mais de duas décadas sem a realização de concurso público (o último ocorrido em 2002), há, finalmente, perspectiva concreta de regularização da estrutura de pessoal e de fortalecimento institucional do Controle Interno municipal.

### **1.3. Quadro de Pessoal da Secretaria Executiva de Controle e Transparência**

No exercício de 2025 para as atividades da SECONT foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

<b>Cargos</b>	<b>2025</b>	<b>Decreto de nomeação</b>	<b>Data da nomeação</b>
Secretário Executivo de Controle e Transparência	01	13.967/2025	01/07/2025
Subsecretária de Controle Interno	01	13.969/2025	01/07/2025
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A



Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretora de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica de divisão da administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a SECONT é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

## 2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo
2. Gestão Previdenciária					
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; indagação	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
1.4. Limites constitucionais e legais					



1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Revisão analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Análise Documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Análise Documental	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Conformidade Revisão analítica	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Contas de Governo (Prefeitura)

## 2. Itens de abordagem complementar

### 2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Análise documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Contas de Governo
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Contas de Governo
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Análise Documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário,	Contas de Governo



				montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	
2.1.13	LOA – Reserva de contingência	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Contas de Governo
2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Contas de Governo
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Análise Documental	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
<b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>					
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Contas de Governo
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Contas de Governo
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	Análise Documental	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Contas de Governo
2.2.25	Transparência na gestão - Conteúdo do RREO	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Análise Documental	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Contas de Governo
<b>2.3. Gestão patrimonial</b>					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Análise Documental	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Governo  Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>					
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise Documental	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS





---

### 3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

No presente tópico, intitulado “Constatações e Proposições”, apresenta-se a análise dos resultados obtidos e das proposições relacionadas aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme disposto na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES. Registra-se, no entanto, que, no âmbito das verificações realizadas, não foram identificadas irregularidades.

### 4. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

#### 4.1. Transferências de Recursos ao Poder Legislativo

**Base Normativa:** Art. 168 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) da Constituição Federal.

O artigo 168 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, devem ser entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

No âmbito do acompanhamento realizado pela SECONT, foram analisadas as transferências de recursos ao Legislativo Municipal, mediante verificação dos comprovantes encaminhados pela Tesouraria, com o objetivo de aferir a regularidade e a tempestividade dos repasses.

Das análises realizadas, constatou-se que, no exercício de 2025, os repasses foram efetuados em estrita observância ao prazo constitucional, tendo sido respeitado o limite até o dia 20 de cada mês.

Dessa forma, conclui-se pela regularidade das transferências realizadas, tanto quanto à tempestividade quanto à correspondência com as dotações orçamentárias, incluídos os créditos suplementares e especiais.

#### 4.2. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

##### 4.2.1. Educação – Aplicação Mínima



**Base Normativa:** Art. 212, caput, da Constituição da República/1988, art. 60, inciso XII, do ADCT (com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006) e Emenda Constitucional nº 108/2020.

O art. 212 da Constituição Federal estabelece que os Municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No âmbito do acompanhamento realizado pela SECONT, procedeu-se à verificação do cumprimento do limite constitucional mínimo de aplicação em educação, considerando as despesas liquidadas compatíveis com a função de governo, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Das análises realizadas, constatou-se que, ao final do exercício de 2025, o Município de Alegre aplicou o percentual de **25,43%** da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dessa forma, verifica-se o cumprimento do limite mínimo constitucional estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, evidenciando a regularidade da aplicação de recursos na área da educação no exercício em análise.

#### **4.2.2. Saúde – Aplicação Mínima**

**Base Normativa:** Art. 77, inciso III, do ADCT da Constituição da República/1988 (incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000) e art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

O limite mínimo anual de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde é estabelecido pelo art. 77, inciso III, do ADCT, bem como pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, que determina que os Municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 15% da arrecadação de impostos e das transferências constitucionais em ações e serviços públicos de saúde.

No âmbito do acompanhamento realizado pela SECONT, procedeu-se à verificação do cumprimento do referido limite constitucional e legal, considerando as despesas enquadradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 141/2012.

Das análises realizadas, constatou-se que, ao final do exercício de 2025, o Município de Alegre aplicou o percentual de **23,43%** da receita resultante de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde.





Dessa forma, verifica-se o cumprimento do limite mínimo constitucional e legal estabelecido, evidenciando a regularidade da aplicação de recursos na área da saúde no exercício em análise.

#### **4.2.3. Despesas com Pessoal – Limite**

**Base Normativa:** Art. 20, inciso III, alínea “b”, art. 19, inciso III, e art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

O limite de despesa com pessoal, previsto no art. 169 da Constituição Federal e regulamentado pelos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece que os Municípios não poderão exceder o percentual de 60% da Receita Corrente Líquida, no âmbito consolidado, sendo 54% destinados ao Poder Executivo.

A apuração do referido limite é realizada com base na Receita Corrente Líquida acumulada no período de 12 meses, observando-se o regime de competência.

No âmbito do acompanhamento realizado pela SECONT, procedeu-se à verificação do cumprimento dos limites legais de despesa com pessoal.

Das análises realizadas, constatou-se que, ao final do exercício de 2025, o Município de Alegre apresentou despesa com pessoal correspondente a **42,71%** da Receita Corrente Líquida no Poder Executivo e **44,41%** no consolidado.

Dessa forma, verifica-se que os percentuais apurados se encontram substancialmente abaixo dos limites máximos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como dos limites de alerta e prudencial, evidenciando a regularidade fiscal do ente no tocante às despesas com pessoal.

#### **4.3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO: PLANO PLURIANUAL – PPA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA**

No decorrer do exercício de 2025, a SECONT instaurou procedimento no âmbito do Plano Anual de Auditoria – PAA, com o objetivo de verificar a adequada elaboração, encaminhamento e aprovação dos instrumentos de planejamento orçamentário, em conformidade com as exigências legais, especialmente quanto ao cumprimento de prazos e às regras de transparência.



O modelo orçamentário brasileiro, delineado pelo art. 165 da Constituição Federal, é estruturado em três instrumentos fundamentais de planejamento: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, os quais se articulam de forma integrada para assegurar a racionalidade, a continuidade e o controle das ações governamentais.

O Plano Plurianual – PPA, previsto no art. 165, inciso I e § 1º, da Constituição Federal, constitui instrumento de planejamento de médio prazo, responsável por estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, orientando a atuação governamental e servindo de base para os demais instrumentos orçamentários.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, prevista no art. 165, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, tem por finalidade estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e promover a compatibilização entre as diretrizes do PPA e as reais possibilidades fiscais do ente, sendo elaborada anualmente.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA, prevista no art. 165, inciso III e § 5º, da Constituição Federal, consiste no instrumento de planejamento de curto prazo, responsável por estimar as receitas e fixar as despesas para o exercício financeiro, viabilizando a execução das políticas públicas previamente estabelecidas.

No que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, foi encaminhado o Ofício nº 051/2025 – SECONT/GAB/SEFIP, datado de 31/03/2025, ao Prefeito Municipal e ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, por meio do qual se indicou o prazo para envio do respectivo projeto de lei ao Poder Legislativo. Em atendimento à orientação expedida, o Projeto de Lei nº 006/2025 foi encaminhado à Câmara Municipal em 25/04/2025, observando o prazo regimental para envio.

No tocante à fase de devolução e sanção, embora tenha sido identificado que o prazo inicialmente previsto não foi rigorosamente observado, a Lei nº 3.929/2025 foi posteriormente sancionada, não havendo comprometimento material do ciclo orçamentário.

Quanto ao Plano Plurianual – PPA, esta SECONT encaminhou o Ofício nº 131/2025 – SECONT/GAB/SEFIP, datado de 04/08/2025, alertando acerca da obrigatoriedade de encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo, referente ao período de 2026 a 2029. Verificou-se que o envio ocorreu em momento posterior ao prazo inicialmente previsto.



Entretanto, no que concerne à devolução e sanção, houve atuação preventiva desta Secretaria por meio do Ofício nº 198/2025 – SECONT/GAB/SEFIP, datado de 03/12/2025, sendo o prazo devidamente observado, com a sanção da Lei nº 3.959/2025 dentro do período legal.

No que tange à Lei Orçamentária Anual – LOA, a SECONT expediu o Ofício nº 145/2025 – SECONT/GAB/SEFIP, datado de 01/09/2025, alertando acerca do prazo para encaminhamento do projeto de lei ao Legislativo Municipal, o qual foi devidamente cumprido por meio do envio do Projeto de Lei nº 019/2025 em 25/09/2025.

Por fim, quanto à devolução e sanção da LOA, esta Secretaria encaminhou o Ofício nº 194/2025 – SECONT/GAB/SEFIP, datado de 01/12/2025, alertando sobre o prazo final aplicável, o qual foi regularmente observado, com a sanção da Lei nº 3.965/2025 dentro do prazo legal.

Dessa forma, verifica-se que a SECONT exerceu atuação contínua, preventiva e orientativa ao longo de todo o ciclo dos instrumentos de planejamento, contribuindo para o adequado cumprimento das exigências legais, não sendo identificadas irregularidades que comprometam a regularidade do processo orçamentário.

#### **4.4. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

**Base Legal:** Lei Municipal nº 3.762/2023; arts. 37, incisos X e XI, 29, inciso V, e 39, § 4º da Constituição da República.

A Lei Municipal nº 3.762/2023 fixou os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, para a legislatura 2025/2028, nos valores de R\$ 19.000,00 e R\$ 9.500,00, respectivamente, em observância ao regime constitucional de subsídio.

No âmbito do acompanhamento realizado pela SECONT, procedeu-se à verificação dos valores pagos a título de subsídio aos agentes políticos, bem como da sua compatibilidade com os limites constitucionais aplicáveis.

Das análises realizadas, constatou-se que os pagamentos efetuados no exercício observaram os valores fixados em lei, bem como os limites estabelecidos pela Constituição Federal, não sendo identificadas impropriedades ou inconformidades.

Dessa forma, conclui-se pela regularidade das despesas com a remuneração dos agentes políticos no exercício em análise.



---

## 5. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

A Lei Municipal nº 3.631/2021 instituiu a Reforma da Previdência no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre, redimensionou o Plano de Benefícios e o Plano de Custeio, e consolidou a legislação previdenciária.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre possui o seguinte rol de benefícios previdenciários aos seus segurados e respectivos dependentes:

Art. 11 - O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre possui o seguinte rol de benefícios previdenciários aos seus segurados e respectivos dependentes:

I - Quanto aos segurados:

- a) Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- b) Aposentadorias voluntárias;
- c) Aposentadoria compulsória;

II - Quanto aos dependentes:

- a) Pensão por morte;

Parágrafo único - Aos segurados e dependentes é assegurado o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, na forma do disposto nesta Lei.

O RPPS é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Alegre, por meio dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e dos segurados ativos, inativos e pensionistas.

O Plano de Custeio está previsto no Capítulo III da Lei Municipal nº 3.631/2021:

Art. 55. A contribuição previdenciária patronal do Município, da Câmara, e das autarquias não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. Caput alterado pela Lei Complementar 001/2021

§1º. O plano de custeio mensal para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Alegre, relativamente às alíquotas de contribuição previdenciária a ser repassada pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, suas autarquias e fundações, incidentes sobre a somatória das bases de contribuição dos seus respectivos servidores em atividade, é de 22% (vinte e dois por cento), sendo 19% (dezenove por cento) a título de contribuição previdenciária e 3% (três por cento) para o custeio das despesas administrativas do regime próprio. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021



§2º. O plano de custeio mensal para o RPPS do Município de Alegre, relativamente às alíquotas de contribuição patronal, incidentes sobre a somatória das bases de contribuição dos seus respectivos servidores em atividade, é de 22% (vinte e dois por cento), sendo 19% (dezenove por cento) a título de contribuição previdenciária e 3% (três por cento) para o custeio das despesas administrativas do regime próprio. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§3º. Os repasses das alíquotas deverão ocorrer mensalmente com objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial e a manutenção do custeio previdenciário. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§4º. O órgão competente da Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento poderá reter das consignações em folhas de pagamento, do duodécimo ou outras transferências, os valores devidos ao regime e não pagos no prazo fixado por esta Lei pelos entes e órgãos patrocinadores. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§5º. O regime próprio de previdência do servidor municipal, pelo seu órgão gestor, não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para realização dos pagamentos previstos nesta Lei. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

Art. 55-A. taxa de administração do serviço previdenciário é de 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), aplicados sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS de Alegre, apurado no exercício financeiro anterior. Caput alterado pela Lei Complementar 014/2023

§1º. O valor a que se refere este artigo será separado, mensalmente, das contribuições previdenciárias repassadas ao IPASMA, e destinado, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do RPPS de Alegre, com observância das normas específicas do Ministério do Trabalho e Previdência.

(...)

Art. 57. A contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município, inclusive da Administração Indireta e do Poder Legislativo, será mantida em 14% (quatorze por cento), incidindo sobre a base prevista no art. 60 desta Lei.

§1º. Os aposentados e pensionistas manterão a contribuição em 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e de pensão que supere o limite máximo estabelecido para benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Parágrafo alterado pela Lei Complementar 001/2021

Contudo, no dia 15/12/2025, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar nº 11/2025, que dispõe sobre a alteração das alíquotas de contribuição previdenciária patronal destinadas ao custeio normal do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Alegre/ES.



O referido projeto foi aprovado por unanimidade em 16/03/2026, resultando na majoração da alíquota de contribuição patronal para o patamar de 28%, em conformidade com os limites legalmente estabelecidos.

A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições e demais valores devidos ao RPPS pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão responsável pela retenção devem ser repassados ao IPASMA até o dia 20 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 3.631/2021.

No exercício em análise, verificou-se que as receitas orçamentárias do RPPS, excetuadas aquelas destinadas à amortização do déficit atuarial e à remuneração dos investimentos, mostraram-se insuficientes para fazer frente ao pagamento dos benefícios previdenciários e às despesas administrativas do regime.

Esse cenário evidencia a ocorrência de desequilíbrio financeiro, na medida em que as receitas correntes do RPPS não foram capazes de sustentar suas obrigações, comprometendo, inclusive, a formação de reservas e a adequada capitalização dos recursos vinculados ao regime.

Constata-se, ainda, que as alíquotas previdenciárias ordinárias, tanto patronal quanto dos servidores, revelaram-se insuficientes para suportar o custeio dos benefícios, o que justifica a necessidade de revisão da legislação municipal pertinente, providência já iniciada pelo Chefe do Poder Executivo.

Diante desse contexto, impõe-se ao gestor a adoção de medidas destinadas à recomposição do equilíbrio financeiro do regime, especialmente mediante a realização de aportes pelo Tesouro Municipal, de modo a assegurar o adimplemento das obrigações previdenciárias e preservar a constituição de reservas vinculadas ao plano de amortização do déficit atuarial.

### **5.1. Equilíbrio Atuarial**

Nos termos do art. 40 da Constituição Federal, o equilíbrio financeiro e atuarial constitui princípio estruturante do RPPS, representando, ao mesmo tempo, requisito de validade do regime e elemento essencial à sustentabilidade da gestão fiscal do ente federativo, uma vez que sua inobservância pode comprometer o equilíbrio das contas públicas.

A aferição desse equilíbrio é realizada por meio de estudo técnico específico, denominado avaliação atuarial, elaborado com base em premissas biométricas, demográficas e





econômicas da população vinculada ao regime. Tal instrumento tem por finalidade dimensionar, de forma adequada e suficiente, os recursos necessários à garantia do pagamento dos benefícios previdenciários, bem como avaliar a consistência do plano de custeio, assegurando a manutenção do equilíbrio do sistema ao longo do tempo, conforme exigido pelo art. 1º, inciso I, da Lei Federal nº 9.717/1998.

No âmbito do exercício em análise, a Diretora Presidente do IPASMA encaminhou à SECONT o Relatório de Avaliação Atuarial, com data-base em dezembro de 2025, elaborado pelo atuário Richard M. Dutzmann, inscrito no MIBA sob o nº 935.

## 5.2. Regularidade Previdenciária

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é documento emitido pelo Ministério da Previdência Social que atesta o cumprimento, pelo ente federativo, dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/1998, relativos à organização e ao funcionamento do respectivo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, evidenciando a observância de normas de gestão aptas a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Nos termos do art. 9º da Lei nº 9.717/1998, com fundamento no art. 167, inciso XIII, da Constituição Federal, no Decreto nº 3.788/2001 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, certifica-se que o Município de Alegre/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.101/0001-35, encontra-se em situação regular perante as exigências aplicáveis ao seu RPPS.

Em consulta ao sistema CADPREV, verificou-se que o Município possui o CRP nº **985603-249640**, emitido em 12/12/2025, com **validade até 10/06/2026**, estando, portanto, regular no período analisado.

Ressalta-se que a regularidade atestada pelo CRP constitui condição indispensável para a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, para a celebração de convênios, contratos, acordos e ajustes, bem como para a obtenção de empréstimos, financiamentos, avais e demais instrumentos junto a órgãos e entidades da administração pública federal e instituições financeiras oficiais, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.717/1998.

## 6. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. **Nemrod Emerick**, Prefeito do Município de Alegre-ES, relativa ao exercício de 2025.



PREFEITURA DE  
**ALEGRE**  
[www.alegre.es.gov.br](http://www.alegre.es.gov.br)



**SECONT**  
Secretaria Executiva de Controle e Transparência

---

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA** (Item 1.1).

Alegre/ES, 24 de março de 2026.

**KASSIO VALADARES AMORIM**  
Secretário Executivo de Controle e Transparência  
Decreto Municipal nº 13.967/2025